ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2025.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR MAURÍCIO TRINDADE (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DAVID RIOS, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, FELIPE SANTANA, GEORGE REIS, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISABELA SOUSA, JOÃO CLÁUDIO BACELAR, JORGE ARAÚJO, JULIO SANTOS, KEL TORRES, KIKI BISPO, MARCELLE MORAES, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RODRIGO AMARAL, SANDRO FILHO, SIDNINHO e SÍLVIO HUMBERTO, estando licenciados os vereadores ALEXANDRE ALELUIA e TEO SENNA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 14/25 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 92/21, 360/21, 363/21, 422/21, 86/22, 44/22, 59/23, 239/23, 1/24 e 70/24, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.844 a 9.853/25; Ofício n. 17/25 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 136/23, 139/23, 261/23, 282/23, 302/23, 10/24, 107/24, 144/24, 160/24, 166/24 e 167/24, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.832 a

9.843/25; Projetos de Lei n.s 156/25 do vereador Randerson Leal, 157/25 do vereador Júlio Santos, 158 e 159/25 da vereadora Aladilce Souza, 160/25 do vereador Randerson Leal e 161/25 do vereador Cláudio Tinoco; Projetos de Indicação n.s 209/25 do vereador Hamilton Assis, 210/25 da vereadora Aladilce Souza, 211/25 do vereador Hélio Ferreira, 212/25 do vereador Júlio Santos, 213/25 da vereadora Aladilce Souza, 214 a 216/25 do vereador João Cláudio Bacelar, 217 a 221/25 do vereador Orlando Palhinha e 222/25 do vereador Jorge Araújo; Projeto de Resolução n. 45/25 da vereadora Cris Correia; Requerimentos n.s 213/25 do vereador Kênio Rezende e 214/25 da vereadora Marta Rodrigues; Requerimento de Utilidade Pública n. 14/25 do vereador Kênio Rezende; Moções n.s 83/25 da vereadora Aladilce Souza, 84/25 do vereador Cezar Leite, 85/25 do vereador Felipe Santana e 86/25 da vereadora Roberta Caires; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, o senhor Igor Fidelis, presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública da AISP 09, explicou sobre sua entidade e a abrangência territorial de sua atuação. Expôs questão vivida nas dunas do Costa Azul, perto do antigo Centro de Convenções, local que vinha se tornando abrigo de delinquentes após a queda de um muro. Contou ter levado a situação ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e à Polícia Militar (PM). Destacou o sofrimento vivido pelos moradores do local e pediu o apoio da CMS. Ainda pela mesma representação, a senhora Maya Lygya pediu que os vereadores conversassem com as autoridades já cientificadas do problema para que reconstruíssem o muro na Rua Manoel Lopes Pontes, o qual protegeria as pessoas e o meio ambiente, e impediria que a areia invadisse a rua. Contou que esperavam uma providência havia 18 anos e salientou o papel da CMS em cuidar dos cidadãos. O senhor presidente convidou à Mesa o desembargador Fábio Fernandes, do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, e a senhora Maria Fausta Cajahyba Rocha, juíza de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA). Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Alexandre Aleluia (12 e 13

de maio), Felipe Santana (5 de maio), Ireuda Silva (5 de maio), Marcelle Moraes (29 de abril) e Randerson Leal (28 e 29 de abril e 5 de maio). Dando continuidade à Tribuna Popular, a senhora Maria Fausta Cajahyba Rocha, juíza de Direito e membro do Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau do TJ-BA (NJR-TJBA), discorreu sobre a Justiça Restaurativa, explicando ser ela uma forma de compor conflitos que, em certas situações, era mais eficaz do que as formas tradicionais. Ressaltou que essa atividade se baseava num importante papel das partes envolvidas e contou que ela vinha sendo desenvolvida nas escolas. Relatou um trabalho numa unidade escolar que acabara impedindo um atentado violento. Também relatou outras ações, como uma em que os alunos exerciam o voto para opinar sobre questões. Ainda pela mesma representação, a senhora Uilma Augusta de Jesus observou que as escolas, para muitas crianças, eram o local onde suas mães podiam deixá-las enquanto trabalhavam e onde essas crianças tinham alimentação. Explicou que a Justiça Restaurativa promovia valores humanos e fazia com que um pedido de desculpas evitasse um homicídio. Explicou, ainda, que crianças menores, desprovidas de filtro social, poderiam ter atitudes rudes que demandavam esse tipo de atenção. O senhor presidente declarou apoio a um Projeto de Lei da vereadora Aladilce Souza relativo à Justiça Restaurativa. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Aladilce Souza enalteceu a Justiça Restaurativa e discorreu sobre a violência na Cidade. Comentou sobre a competitividade e a falta de ética nas inter-relações, e a violência que isso gerava. Disse esperar que a Casa apoiasse o seu Projeto sobre a Justiça Restaurativa. A vereadora Marta Rodrigues parabenizou as duas representações da Tribuna Popular. Elogiou o Projeto de Lei para a Justiça Restaurativa e destacou o respeito mútuo como caminho para se tratarem os conflitos. Declarou apoio à questão do muro no Costa Azul e atribuiu esse problema ao acesso indiscriminado àquela área. O vereador Orlando Palhinha considerou que o Projeto da vereadora Aladilce Souza preencheria uma lacuna e contou sobre Indicação sua para assistentes sociais e psicólogas nas escolas. Apontou o problema social relativo

aos pais que se ausentavam para trabalhar e a necessidade da atuação de assistentes sociais e psicólogas. Também apontou a hostilidade entre pessoas no ambiente escolar, situação que atingia professores, os quais se viam desvalorizados. O vereador Cláudio Tinoco saudou o trabalho da Justiça Restaurativa, destacando a sua atividade nas escolas e lhe declarando apoio. Comentou sobre outras instâncias atuantes na resposta a atos infracionais de crianças e jovens. Sobre o Costa Azul, apontou a responsabilidade do Governo do Estado na questão do muro e exigiu que o equipamento fosse restabelecido. O vereador Sílvio Humberto contou ter estado no INEMA acompanhando a demanda sobre o muro e alertou ser também necessária a proteção às dunas e áreas verdes. Pôs o seu mandato à disposição da causa. Enalteceu a Justiça Restaurativa nas escolas, afirmando que ela evitava a Lei do Talião e relacionando-a ao que se passara no pós-Apartheid da África do Sul. O vereador Anderson Ninho, situando-se como vereador bem-votado no Costa Azul, declarou seu compromisso com a questão do muro e saudou pessoas da região. O vereador Kiki Bispo saudou a juíza Maria Fausta Cajahyba e aplaudiu a Justiça Restaurativa, colocando o seu mandato à disposição dessa atividade. A vereadora Marcelle Moraes denunciou o abandono no Parque de Pituaçu, o qual se tornara um local perigoso. Criticou o descaso do Governo do Estado e relatou que uma comunidade se instalara dentro do Parque. Apontou a destruição em dunas e áreas verdes no Costa Azul. Destacou a areia que trazia insegurança às vias públicas e afirmou que a biodiversidade da área estava ameaçada. O vereador André Fraga comentou sobre os impactos das recentes chuvas e disse que a prevenção aos danos da chuva estava prejudicada no Estado. Lamentou a situação no Parque de Pituaçu, destacando uma lagoa deteriorada por dejetos e a perda de estruturas. Foi votada e aprovada a mudança da sede da CMS, no dia 15, para o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, na Rua Direta de São Gonçalo do Retiro, em função de Sessão Especial pelo Centenário de Mãe Stella de Oxóssi. Assumiu a Presidência o vereador Cláudio Tinoco. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança do Governo, a vereadora Debora

Santana elogiou o trabalho da juíza Maria Fausta Cajahyba. Destacou o Dia da Enfermagem, profissão da qual fazia parte, e a vocação dos profissionais dessa área em cuidar do próximo. Lembrou a atuação da Enfermagem na Pandemia de Covid-19 e comentou sobre seus Projetos para esses profissionais, inclusive o relativo ao primeiro emprego. Declarou seu respeito, admiração e compromisso com os profissionais de Enfermagem Pela Liderança da Oposição, a vereadora Aladilce Souza, também situando-se como enfermeira, mencionou a dupla jornada que muitas mulheres dessa área tinham, além dos baixos salários e altas cargas horárias. Relatou a obtenção do piso salarial da categoria, o qual ainda não era devidamente cumprido. Comentou sobre Emenda Constitucional para a redução da carga horária da Enfermagem, de 44 horas para 30 horas. Denunciou que enfermeiros em atividade nas casas de pacientes eram levados a fazer serviços domésticos. Em comunicação inadiável, o vereador Cezar Leite parabenizou os profissionais de Enfermagem, destacando sua esposa, enfermeira, e lembrou os concursados da Saúde no Estado, que esperavam nomeação havia 17 anos. Informou que o piso salarial da Enfermagem fora estabelecido pelo ex-Presidente Bolsonaro. O vereador Felipe Santana discorreu sobre o seu Projeto para o programa *60 +*, o qual previa que idosos recebessem incentivo e requalificação para atuar no mercado de trabalho. Destacou o combate ao etarismo e o cuidado à saúde dos idosos que estavam embutidos nessa inciativa, para a qual pediu apoio. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Cláudio Tinoco declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO